

## REVISITANDO A FAMÍLIA NO CENÁRIO DA POBREZA

Iracema Brandão Guimarães\*

**RESUMO:** No presente trabalho, apresentamos alguns dados introdutórios que conduzem a nossa atenção para o cenário atual da pobreza urbana. Considerando a cidade de Salvador, sabe-se que um número crescente de famílias vive hoje nesse cenário, o que desperta o nosso interesse em revisitá-lo, focalizando os fatores que mediam o cotidiano das famílias residentes em dois bairros pobres dessa cidade.

Revisitar esse cenário implica, portanto, em retomar alguns pressupostos teóricos sobre família, classe e pobreza, situando as primeiras em um ciclo de vida considerado **intermediário**, ou da maturidade, o que corresponde à localização dos chefes provedores na faixa etária em torno dos 35 anos e mais, e dos filhos no início da adolescência. Segundo esses pressupostos, é fundamental o entendimento das restrições impostas pelo mercado de trabalho urbano que afetam as possibilidades de reprodução das famílias em função das suas configurações internas. Essas respondem às mudanças que vêm ocorrendo no próprio âmbito das relações familiares e de vizinhança no espaço de moradia. Trata-se, portanto, de entender as práticas, estratégias e padrões de sociabilidade presentes nesse espaço, na medida em que dependem de redes sociais que estão inseridas em condições concretas de vida que operam no meio urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família, pobreza, redes sociais, bairro, instituição.

---

\* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Este trabalho é resultado de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

## SITUANDO-SE O CENÁRIO DA POBREZA

Para introduzir o tema desenvolvido neste trabalho, importa lembrar que a cidade de Salvador cresceu a uma taxa de 2,95 % no período 1991-1996, tornando-se a terceira cidade do País em população. A sua Região Metropolitana registrou uma taxa de crescimento anual de 1,68 % nesse período, mantendo-se, portanto, em um patamar considerado elevado para os padrões atuais do País. Isso significa que a região (RMS) persiste como pólo de atração de fluxos migratórios, tanto do próprio estado, como do Nordeste. Alguns dos seus municípios chegaram a apresentar taxas de crescimento populacional superiores à média estadual, destacando-se Lauro de Freitas (com 6,30 %) e Simões Filho (com 4,73%).

Esse crescimento populacional esteve associado ao desenvolvimento econômico da região. Segundo dados oficiais, no início da década, o PIB do Estado da Bahia cresceu a uma taxa de 1.8%, o que representou um ligeiro decréscimo em relação a 1994 mas correspondeu a um desempenho positivo diante da crise nacional. A sua composição setorial ficou distribuída entre a indústria e a extração mineral (33,1%), a agropecuária (12,4%); e o setor de comércio e serviços (54,5%). Nesse sentido, ampliou-se a participação do setor secundário no PIB baiano, de 12% em 1960 para 33% em 1996 (Jornal A Tarde, 2-7-96).

Os dados indicam, portanto, um contexto de transformações da velha Bahia que resultou da implantação de um novo eixo econômico em algumas regiões do País: baseou-se na implantação da indústria metalúrgica em Minas Gerais e da indústria química e de produtos alimentares em alguns estados do Nordeste (deslocando-se as tradicionais indústrias de produtos alimentares e têxteis que anteriormente constituíam o eixo da indústria nordestina). O novo setor hegemônico, voltado para a produção de insumos intermediários, fez com que as indústrias químicas (petroquímica) e o setor mineral, correspondessem a 47% do faturamento total da indústria nordestina, criando-se, também, segmentos de intensa produtividade, com a reestruturação da indústria sucro-alcooleira em

refinarias de álcool (OLIVEIRA, 1991, p. 80-81) e a implantação da indústria petroquímica no Pólo de Camaçari na Bahia, a partir de 1978.

Embora seja considerado o mais dinâmico setor da economia local, a petroquímica passou, no entanto, por uma drástica redução de postos de trabalho. Se no início da década de 80 ela gerava 20.000 empregos diretos, já no início da atual década houve uma eliminação de mais da metade desses postos, caindo para 6.627 em 1995. Ao longo dessa década, houve, portanto, um crescimento de outras formas de inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, especialmente a ocupação sem carteira assinada, e houve ainda uma elevação acentuada do desemprego. Segundo dados da P.M.E., o desemprego aberto saltou de 4,37 % em 1989, para 5,39 % em 1990 e 6,63 % em 1995. Dados recentes do IBGE, indicam que a Região de Salvador apresentou a maior taxa de desemprego do País, com uma variação que chegou a 10,02 % em junho de 1999 (“A Tarde”, 24-7-1999).

Os dados citados são, portanto, representativos das desigualdades de classe social que se acentuaram ao longo dos anos 90, em consequência das políticas de caráter excludente, adotadas em todo o País.

Tais políticas estão expressas em alguns indicadores que merecem ser citados, para melhor situarmos o agravamento desse contexto da pobreza. As instituições oficiais consideram que tem havido um aumento, tanto no número de pessoas pobres, como no seu grau de empobrecimento, sabendo-se que cerca de 75% a 80% da população mundial vive no Terceiro Mundo, onde a pobreza é maior e mais aguda e onde também é maior o crescimento demográfico. Estima-se, também, que 1\5 da população mundial vive com níveis mínimos de subsistência, dispondo de menos de 1 dólar por dia de renda (Banco Mundial, 1995). Esses dados, ainda que sejam bastante genéricos, apontam para as condições estruturais desse aumento da pobreza.

Diversos autores passam então a distinguir uma pobreza dispersa, existente anteriormente, de uma pobreza superconcentrada que é considerada resultante do processo de globalização. Este, em última instância,

tem implicado em uma maior disparidade entre os países que encontram-se engajados em um esforço de modernização e incorporação ao sistema global que traz consigo novas políticas de ajuste econômico, vinculadas ao que se passa a chamar de grandes tendências das finanças mundiais, dos mercados, dos reajustes internos e externos das grandes potências.

Foi a partir de meados da década de 80 que a implementação das **políticas de reajuste estrutural** passou a constituir uma estratégia unificada pelo FMI e o BID e progressivamente adotada na maior parte dos países da América Latina e outros do Terceiro Mundo. Como se sabe, essa estratégia se apoiou nas três políticas fundamentais: fiscal, monetária e cambial, tendo como objetivos básicos, restabelecer os equilíbrios macroeconômicos, evitar a hiperinflação e realizar reformas estruturais no setor público, entre outros. Ao longo da década de 80, agravara-se o desequilíbrio do setor externo, o que repercutiu em uma crise fiscal, com a crise do petróleo, e conduziu às medidas gradativas de restrição comercial, eliminação dos subsídios, liberação cambial e desregulamentação parcial do sistema de preços. Sabe-se, no entanto, que tais políticas alcançaram resultados diversificados e, em termos gerais, não se logrou o crescimento esperado, já que este se fundamentou em setores que tinham escasso impacto sobre a melhoria da distribuição de renda. Isso contribuiu, portanto, para a deterioração do nível de vida nos setores de baixa renda, agravando a pobreza já existente (PADRON, 1997).

No que se refere aos aspectos sociais da questão, muitos entendem que o Brasil não implementou políticas equivalentes, em resposta às exigências do ajuste estrutural, havendo, portanto, um déficit de ações necessárias ao combate à pobreza. Assim, considera-se que os esforços anteriormente direcionados para a construção de um **Estado de Bem-Estar** brasileiro, deixou de fora todo o segmento não inserido no mercado formal de trabalho, privilegiou as camadas médias e fez com que o gasto social público não alcançasse efetivamente os pobres (CARVALHO, 1996).

Isso remete a uma discussão oficial sobre **a linha de pobreza** que requer uma quantificação dos pobres com vistas às necessidades de aten-

dimento das políticas sociais. CARVALHO, (1996, p. 11), por exemplo, considera que nos anos 80, o debate se deslocou da distribuição de renda para uma discussão sobre o desempenho das políticas sociais, mantendo-se, no entanto, a ênfase nas desigualdades (relativas) resultantes da ação do Estado na área social e suas implicações sobre os projetos de reforma daquelas políticas, visando, em última instância, uma universalização da cobertura social. Já nos anos 90, fala-se em uma prioridade dos projetos sociais voltados para o enfrentamento das questões da pobreza absoluta e da fome. E isso aponta para definições que se propõem a diferenciar uma linha de pobreza e uma linha de miséria/indigência.

Essa linha de diferenciação, segundo os dados oficiais, indica que 26,8% da população brasileira é categorizada como pobre, o que corresponde a 41.970.326 pessoas. Entre estas, 45,03% encontra-se na região do Nordeste, correspondendo a 18.902.899 pessoas. Quanto à população considerada indigente, esta é estimada em 16.577.166 pessoas, das quais 55,0% encontra-se na região Nordeste (ROCHA, 1995, *apud* CARVALHO, 1996).

Os efeitos perversos das políticas de exclusão (e reajuste estrutural) são ainda maiores quando se sabe que 77,5% das crianças e adolescentes nordestinos sobrevivem em lares cuja renda familiar não ultrapassava  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo em 1990 (IPEA, Relatório de Desenvolvimento Humano, 1995). Na Bahia, 62,8 % das crianças e adolescentes de 0 a 6 anos de idade vivem em lares na área urbana cuja renda familiar per capita não ultrapassa 1 salário-mínimo. (PNAD, IBGE, 1995).

Entretanto, SANTOS (1979) considera que *a definição de pobreza é relativa a uma determinada sociedade, é uma noção historicamente determinada ... o termo pobreza não só implica em privação material mas também um modo de vida ... a medida de pobreza é dada muito mais pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria*. Para falar de uma pobreza urbana, torna-se, então, necessário falar dos aspectos sociais vinculados à urbanização. E esta implica em ver a cidade através de dois subsistemas: um **circuito superior** que emana diretamente da modernização tecnológica, representada pelos monopó-

lios e, um **circuito inferior**, formado de atividades de pequena escala, servindo principalmente à população pobre. Este se constitui do pequeno comércio, produção de bens manufaturados, como o artesanato, e os serviços não modernos. A população a ele se vincula através da atividade e do consumo. Mas cada um desses circuitos aparece como complementação do outro, no entendimento da cidade (SANTOS, 1979, p. 41- 43).

E para CASTEL (1998, p. 30 ), trata-se, por um lado, *de uma quase exclusão, de tentar tomar a marginalização como processo e de compreender a situação dos indivíduos como resultado de uma dinâmica de exclusão que se manifesta antes que ela produza efeitos completamente dessocializantes*. O fato novo, segundo o autor, seria uma retomada da vulnerabilidade, como conjunção da precarização do trabalho e da fragilização de apoios relacionais, configurando uma zona instável entre a integração e a exclusão.

É nesse cenário de precarização e de fragilização dos apoios relacionais que esse trabalho se inscreve. Buscamos focalizar, como já foi indicado, certas práticas sociais relacionadas à busca de soluções para a vida cotidiana, desenvolvidas pelas famílias de moradores em dois bairros de Salvador, onde vivem em grande precariedade de recursos materiais.

## **AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E OS CICLOS VITAIS**

Nos anos 70-80, inúmeros estudos buscaram mostrar como a família e a rede de parentesco constituíam os canais espontâneos e tradicionais de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. E nesse sentido funcionavam como fator de proteção social, na falta de canais institucionais. Focalizava-se, então, a família como um conjunto de relações mais próximas e imediatas – o parentesco – o que permitia que operasse (como estratégia) na busca de soluções para os problemas da reprodução cotidiana (alimentação, moradia, saúde, segurança, educação). Além disso, constituía um espaço de mediação das relações dos indivíduos com o mercado de trabalho. Nesse caso, a família atuava como uma unidade de rendimen-

tos nas populações urbanas empobrecidas, o que implicava no uso da mão-de-obra disponível no domicílio (DURHAN, 1976, MACEDO, 1979).

A família constituía, assim, um núcleo de estratégias de sobrevivência que eram remetidas às formas de inserção dos chefes da família no mercado de trabalho. Elaboradas pelas famílias de operários, as estratégias se diferenciavam segundo as fases do ciclo de vida doméstico: nas primeiras, a família ou grupo doméstico dependia do trabalho de um único chefe provedor (filhos pequenos) e nas fases, ou ciclos seguintes, a sobrevivência da família dependia, cada vez mais, do trabalho dos filhos (BILAC, 1978).

Esses autores iniciaram um significativo fluxo de estudos que não tiveram continuidade. Mas esses estudos não esgotaram o entendimento da realidade, primeiramente, porque a pobreza não mudou, mas ao contrário, como buscamos lembrar anteriormente, apresentou uma tendência crescente que se explica pelas mudanças que foram implementadas pelas políticas de reajuste estrutural já situadas. Tudo indica, então, que o **reajuste estrutural** possibilita esse cenário novo, ou diferente, nas grandes cidades brasileiras. Mas paralelamente, a família que luta pela sobrevivência também mudou. Essas questões, postas em um nível genérico, conduzem a novas formas de responder a velhas perguntas que dão seqüência a problemáticas já colocadas, como lembra PAOLI (1996).

Entre essas velhas perguntas, estão as mudanças estruturais e as relações de trabalho e disso decorre o fato dos trabalhadores experimentarem uma desestruturação das suas formas de vida anteriores, das quais dependia a sua reprodução (ou sobrevivência) (OFFE, 1989). Nestas se incluem as formas, ou modos de vida, que encontram-se implícitas em certas concepções de que a intensidade das relações familiares que respondiam pelas estratégias de sobrevivência, tão debatidas naquele período, resultavam da persistência de um modo de vida rural. Entre outros autores, WOORTMAN (1984) argumentou que a articulação de estratégias de moradia, emprego, alimentação, tratamento de saúde, são baseadas

nas práticas familiares e nas relações de vizinhança. E estas responderiam a certas condições concretas e distintas que atuam no próprio meio urbano.

Convém, então, destacar duas ordens de fatores que parecem operar em um meio urbano, seguindo a lógica das estratégias apontadas acima. De um lado, o que se poderia chamar de estratégias ou práticas relativas ao acesso ao emprego (ao mercado de trabalho) e de outro, as estratégias ou práticas relativas ao acesso à moradia, alimentação, práticas de tratamento de saúde, de segurança no bairro, ou outras necessidades básicas e complementares à reprodução da força de trabalho.

No primeiro caso, inúmeros são os exemplos existentes na literatura sociológica sobre o tema, destacando a existência de uma ideologia de solidariedade e cooperação familiar. Entre outros, SCOTT, TILLY (1979) e STOCLKE (1990), demonstraram que os laços de parentesco e amizade forneciam valiosos pontos de apoio durante a mudança dos trabalhadores para as cidades e na busca de emprego mas esses laços interagem com outros fatores presentes no meio urbano. Entre estes, destaca-se o fato do salário se manter abaixo do custo de reprodução de um trabalhador individual e de seus filhos, o que tornaria essencial a cooperação familiar, mas a transição para o trabalho assalariado e o modo de vida urbano impõem novos limites e obstáculos a esta cooperação-coesão: tende a destruir esse tipo de moral familiar, gerando aspirações individuais e ameaçando a estrutura tradicional de autoridade e poder no interior da família – aí emergem as relações de gênero.

Outro fator que impõe limites a uma suposta coesão nas relações familiares e de vizinhança encontra-se nas trajetórias profissionais masculinas (de chefes de família principalmente) comparadas às trajetórias profissionais de mulheres e jovens no mercado de trabalho, percebendo-se que a dos primeiros tende a prevalecer como fator decisivo para a garantia de condições mais favoráveis de acesso ao emprego. E isso é contrastado com os arranjos familiares que dependem do trabalho de mulheres ou de jovens que são mais marcados pela instabilidade e precariedade (MONTALI, 1991). Para HIRATA e HUMPHREY (1989), a existência

de pressões e limitações diferenciadas sobre os indivíduos, situados em diferentes posições na família, indicaria a diferenciação das condições de acesso ao trabalho. Segundo os autores, isso se contrapõe aos mecanismos das estratégias de sobrevivência, nas quais estaria subentendida uma permutabilidade (inexistente) de todos os membros da família na garantia de iguais condições de reprodução da força de trabalho.

TELLES (1992) também argumenta sobre a insuficiência das estratégias de sobrevivência que não garantem nem estabilizam as condições de vida mas apenas evitam condições de extrema pobreza. E para GOLDANI (1994, p. 303) a reestruturação da família e sua redução de tamanho ao longo dos anos 80, não teria bastado como forma de enfrentamento da crise para a população brasileira do período. Pode-se então supor que as estratégias mediam a pobreza e a instabilidade de vida, sendo atravessadas por fatores como as relações de gênero e de geração que, por sua vez, modificam os referenciais de sociabilidade atualmente presentes entre as populações pobres urbanas.

Esse debate nos instigou a revisitar a temática da pobreza e da sobrevivência, indagando até que ponto ainda encontramos no centro desse cenário a rede de relações sociais apoiadas na família, nas relações de vizinhança, em círculos de amigos, ou em outros circuitos, como relações com patrões, ou pessoas de outras classes. Como buscamos localizar, através dos autores mencionados, a família no meio urbano não mais se constitui como unidade conjunta de trabalho, mas o crescente empobrecimento continua a requerer que ela opere como unidade de rendimentos e de consumo – e nesse sentido, tende a atuar parcialmente como fator de proteção contra a miséria e a indigência.

Vale também lembrar que as práticas e estratégias desenvolvidas nos bairros pobres das áreas urbanas já foram consideradas por WEBER, através do conceito de associação doméstica. Esta atua como comunidade, suprimindo as necessidades regulares de bens e de trabalho da vida cotidiana, embora, em ocasiões específicas, estas possam ser supridas através de ações comunitárias que se apoiam nas práticas de ajuda mútua, de

relações de vizinhança e de apoio comunitário que sempre existiram nos bairros pobres das cidades. Na concepção de WEBER, a intensidade dessas ações e práticas depende da proximidade espacial dos moradores e da situação de interesses comuns (WEBER, 1977, p. 289).

Entretanto, segundo o autor, o princípio de comunidade efêmera ou perene se destina mais a manter distância da proximidade física, e não o contrário (ou seja, não é o princípio de harmonia ou solidariedade que predomina). Surgem, portanto, relações de dependência do apoio mútuo para suprir as necessidades cotidianas que dão origem ao empréstimo de favor. A existência do apoio mútuo se explicaria, então, em virtude de uma ética popular de base subjetiva (orientações valorativas). Mas como muitos autores já argumentaram, o que falta nas concepções acertadas de WEBER é a referência às condições concretas e objetivas que estruturam a ação social e põem os sujeitos em movimento.

As práticas e atividades ligadas à reprodução cotidiana dependem, então, do acesso aos recursos necessários à sua realização. Segundo JELIN (1984), para o caso das unidades domésticas dos setores populares urbanos, os recursos podem provir de distintas fontes: o trabalho e o esforço direto dos seus membros, as transferências formais de instituições reconhecidas para este fim, especialmente o Estado e as Políticas Públicas, ou as transferências informais baseadas nas redes de intercâmbio e ajuda mútua. Estas são concebidas como formas de acesso aos recursos materiais e não materiais, necessários à satisfação das necessidades básicas.

Não se trata, portanto, de entender apenas as configurações subjetivas presentes em uma ética popular que pode ser baseada em reciprocidades e criatividade desenvolvidas na busca de soluções para os problemas da vida cotidiana, mas de entender como essas relações de reciprocidade que estão na base das redes sociais de ajuda mútua operam, de fato, em decorrência do acesso aos recursos necessários a esta reprodução cotidiana. Isso porque nelas interferem as relações de conflito, já que o cotidiano é marcado pela carência total de recursos e a luta pela sobrevivência é, muitas vezes, individual e isolada.

Por exemplo, para SARTI (1993), o ponto de partida é a análise do que considera a **moral dos pobres**, que tem por base uma moral familiar de reciprocidade, supondo que esta se apóia em um desejo de melhoria de vida e de mobilidade social que geralmente se articula a uma perspectiva individualista (própria das sociedades capitalistas). Essa moral de reciprocidade funda-se na ambigüidade que marca a existência dos pobres urbanos, revelando uma identidade social híbrida, mesclada em sistemas de valores distintos que não foram por eles elaborados. Segundo a autora, a individualização vai sendo imposta pela vida urbana, através das exigências de trabalho e de consumo, mas estas se tornam problemáticas, diante da obrigação moral da reciprocidade com os iguais, os familiares, os moradores da mesma localidade, em cujas relações obtém os recursos para viver (SARTI, 1993, p. 6-8).

Um ponto de interesse renovado está na demonstração de que a vida urbana e a individualização das relações de trabalho tendem a transformar um contexto de coesão ou solidariedade que prevalecia nas relações familiares e se reproduzia no âmbito do trabalho. STOCLKE (1990, p. 361), por exemplo, observa que a nova pobreza existente nas cidades tende a afetar as relações entre os trabalhadores e seus vizinhos. Assim, entre os trabalhadores do café que migravam para a cidade (caso de Campinas, São Paulo) as dificuldades materiais, não só de oferecer mas também de retribuir ajuda, tornavam-se uma fonte de tensão sobre um princípio de reciprocidade que havia moldado no passado as relações sociais entre iguais.

Nesse sentido, a vida urbana tende a destruir a coesão baseada na autoridade familiar, tanto no lar, como entre os vizinhos. Assim, a nova pobreza das cidades afeta a reconstrução das relações para os trabalhadores, geralmente migrantes. Em sua concepção, surge uma necessidade de manter as aparências, o que impõe novas demandas a recursos escassos e isso dificulta o oferecimento de ajuda aos vizinhos ... assim, tende-se ao isolamento. São, portanto, as dificuldades materiais, não somente de oferecer mas também de retribuir ajuda que se tornam fontes de tensão no

princípio de reciprocidade. Os trabalhadores relutam em pedir ajuda porque pensam não poder retribuir: os favores criam obrigações e isso rompe o princípio da reciprocidade que é marcado pela desigualdade de acesso aos recursos materiais (STOCLKE, 1990, p. 363).

Assim, *o resultado seria uma tensão permanente entre a solidariedade como ideal e a realidade na qual a auto-estima das pessoas é constantemente ameaçada, devido à ausência de reciprocidade (apud, p. 365)*. Na comparação acima, a problematização do princípio de reciprocidade leva ao seu questionamento: enquanto para SARTI, estaria baseado no suposto da existência de uma **moral dos pobres**, já amplamente discutido e questionado na literatura sócio-antropológica, para STOCLKE, a existência de constantes focos de tensão é que minam, bloqueiam e destroem o princípio da reciprocidade como suposto, ou como ideal.

Percebe-se então que as tentativas de responder às velhas perguntas sobre a perda de funções da família, conduz a uma indagação sobre a perda do seu significado social, o que corresponderia ao seu provável desaparecimento como instituição estável. Assim, as atuais condições de vida nas cidades e o crescente empobrecimento da população apontam para o renovado interesse dessa problemática.

Isso remete à transformação que vem ocorrendo nas próprias estruturas familiares. Elas decorrem das heranças do passado, refletindo as soluções encontradas para as relações de consangüinidade ou afinidade, ou decorrem das novas alternativas de vida que emergem diante de condicionantes de diferentes ordens. Isso indica que o núcleo conjugal permanece como a unidade familiar típica no Brasil mas ocorre uma redução do seu tamanho. Inicialmente, essa redução se dá nas áreas urbanas, onde se constata o predomínio das famílias pequenas, desde os anos 60, como conseqüência da redução de fecundidade que encontra-se associado a outros fatores (BERQUÓ, OLIVEIRA, 1990, p. 44).

Concomitantemente, outros tipos de arranjos familiares aumentaram nas áreas urbanas. Houve um crescimento da família ampliada, constatando-se aí a existência de um acréscimo médio de dois parentes, pro-

vavelmente em função das migrações rurais. Houve também um crescimento significativo das famílias chefiadas por mulheres, o que ocorre principalmente nos segmentos mais pobres da população, e secundariamente nas camadas médias, como resultado do aumento das separações e divórcios. Houve, ainda, um aumento do número de pessoas que vivem sozinhas; isso ocorre em diferentes faixas etárias no grupo masculino mas no feminino ocorre nas faixas etárias mais avançadas. Por fim, observou-se também um aumento das uniões consensuais, o que revela o enfraquecimento da valorização do vínculo legal do casamento (*apud*, p. 46-60).

Como se sabe, essas mudanças passaram a ser reconhecidas na nova Constituição brasileira, trazendo novas implicações. Segundo BILAC (1990, p. 73), existe uma convergência entre as estruturas familiares que se revela na coincidência temporal e na aparente semelhança dos processos em curso – a queda da mortalidade, o controle da fecundidade, a modificação das relações de gênero e das configurações subjetivas que as orientam e, principalmente, a crescente participação feminina no mercado de trabalho que decorreu de um processo histórico de separação entre as esferas pública e privada.

Após a generalização da família nuclear, importaria indagar sobre o momento seguinte, de fragmentação dessa família nuclear em uma pluralidade de formas, como vimos acima. Assim, as altas taxas de separação e divórcio podem estar expressando mais o fato da família nuclear estar se tornando um momento transitório (e não obrigatório) das trajetórias individuais. E isso responderia à indagação presente no debate clássico sobre o estabelecimento da família nuclear (que postulava uma perspectiva evolucionista, uma forma definitiva e um tipo ideal).

As atuais mudanças nas relações de poder e o crescimento de outros arranjos familiares (além da nuclear) põem, então, em destaque, as famílias com chefias femininas, cujo crescimento decorre dos diferentes processos já mencionados. Segundo JELIN (1984) os domicílios com chefia feminina estão estimados numa proporção de 25% a 33% na totalida-

de dos países. Na América Latina, um em cada três domicílios nas camadas populares é chefiado por mulheres (Lima, Caracas), enquanto em Bogotá e São José, encontra-se um em cada cinco domicílios com chefia feminina. A precariedade e vulnerabilidade presente nesses domicílios se explica porque as mulheres são freqüentemente as únicas responsáveis pela realização das tarefas domésticas (alimentação, higiene, etc.), cuidado dos filhos e paralelamente, também a participação nas atividades econômicas. Neste último e fundamental aspecto sabe-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho é predominante no setor de serviços, especialmente nos serviços pessoais, onde se concentra a força de trabalho feminina não qualificada.

Em conseqüência dessa situação, alguns autores chegam a formular uma noção equivocada de **feminização da pobreza**: os domicílios chefiados por mulheres não somente estão em desvantagem em relação à renda familiar, como também em termos de acesso aos serviços básicos e acesso dos seus filhos à educação. No caso do Brasil, a proporção dessas famílias ou domicílios varia entre 18 a 20%, sendo mais elevada em estados do Nordeste: em 1981, constituíam 21% em Fortaleza, 24% em Recife, 21,7% em Salvador; em 1987, são 24% em Fortaleza, 27% em Recife e 26,2% em Salvador (GOLDANI, 1994).

Como se vê, mudaram as condições de reprodução da população, os padrões de relacionamentos entre os membros da família, as relações de poder e autoridade estão em questionamento e, principalmente, viveu-se um período de profunda mudança na inserção da mulher na sociedade.

## **OS CANAIS INSTITUCIONAIS E NÃO INSTITUCIONAIS NO BAIRRO**

As redes sociais devem conduzir ao entendimento das configurações, dos padrões e dos fatores de sociabilidade que prevalecem nos bairros pobres da cidade. Isso pressupõe, então, a identificação de uma das seguintes tendências: por um lado, supõe-se a predominância de relações de sociabilidade, onde a população pobre cria redes de apoio, de

ajuda mútua, que correspondem às estratégias desenvolvidas para o enfrentamento cotidiano das condições de vida adversas; por outro, supõe-se a predominância de relações de conflito, onde o cotidiano é marcado pela violência, a carência de recursos, e as pessoas sobrevivem em uma luta individual e isolada.

O que podemos pressupor é que na realidade vivida nos cenários urbanos, essas possibilidades se mesclam, e se colocam diferentemente de acordo com contextos vividos. Para os objetivos que nos propusemos, buscamos conhecer até que ponto prevalecem essas duas possibilidades e como ocorrem no espaço de moradia da cidade. Os resultados a que chegamos no presente trabalho indicam que as redes sociais dependem das relações familiares de modo relativo, já que no contexto de vida atual, especialmente na pobreza, a mediação da família como fator de proteção social se reduz – tanto diante do conjunto dos fatores intervenientes, da sociedade global e dos fatores estruturais, como diante da intermediação de outras instituições sociais sobre as tradicionais funções da família, ou ainda, diante da própria mudança interna da estrutura familiar.

A realidade das famílias pobres coloca, então, alternativas diferenciadas para os homens, mulheres, jovens e crianças nos seus atuais contextos de vida. Essas alternativas devem ser relativamente diversas do contexto das estratégias familiares que foram estudadas no final dos anos 70 por diferentes pesquisadores.

O estudo realizado iniciou-se com uma identificação dos grupos domésticos e famílias que compõem a população de dois bairros da cidade de Salvador. Esses foram abordados a partir de dados existentes em uma Fundação (FCC) amplamente conhecida na cidade, vinculada à Prefeitura de Salvador, elaborando-se um perfil das famílias atendidas. Posteriormente, selecionou-se alguns grupos domésticos e famílias que foram considerados representativos das diferentes situações encontradas para a realização de entrevistas com os responsáveis, visando o conhecimento dos padrões que interferem e se mesclam, tanto ao nível das redes de apoio, ajuda mútua, nas situações onde prevalecem as realizações de

solidariedade, como ao nível das alternativas mais isoladas, nas situações em que o cotidiano dos indivíduos é percebido pelas marcas dos conflitos, das lutas cotidianas, e da violência presente nos bairros.

Algumas características dessa instituição merecem ser destacadas: a sua origem é situada em uma experiência de práticas inovadoras de administrações municipais que se propunham a estabelecer novas relações entre o governo e a sociedade civil, na busca de soluções alternativas para os problemas sociais, onde a redução das desigualdades e das carências sociais esteve entre os compromissos de campanha para a Prefeitura no período 93-96, o que também incorporava as crianças e adolescentes em situação de pobreza.

Isso se justificava, segundo CARVALHO (1995), diante da urgência de uma realidade marcada pelo lugar ocupado pela Bahia entre os estados que possuíam um maior número de indigentes, como também um maior número de crianças e jovens nessa situação. Tomando como ponto de partida os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, o poder público municipal, eleito naquele período, criou a FCC que contou com um forte apoio do Ministério da Ação Social e outras entidades, com o objetivo de atender a crianças e adolescentes que sobreviviam de atividades de rua, em situação de risco, ou não contavam com equipamentos e serviços sociais no âmbito das comunidades de residência. O empreendimento esteve ainda garantido pela articulação com organizações não-governamentais e sistemas de parcerias.

Desenvolveu-se uma metodologia de atuação, apoiada em novas concepções sobre o caráter e o tratamento a ser dado à questão da infância e adolescência pobre, orientada pela experiência de um outro Programa anterior – o Projeto Axé – que já acumulava cerca de cinco anos de atividade exitosa com meninos de rua (CARVALHO, 1995). O fundamento dessa atuação encontrava-se no fato de se considerar os meninos de rua como vítimas de um processo de exclusão, em decorrência de condições estruturais, e não como vítimas do abandono das famílias. E entre os seus objetivos, citava-se *a construção de uma ponte para a cidadania*,

*com base em princípios de igualdade, solidariedade, justiça e procedimentos de capacitação dos educadores* (CARVALHO, 1995, p. 4).

Estes eram treinados em função de uma pedagogia inspirada em Paulo Freire e outros educadores que adotaram pressupostos semelhantes, onde se concebe o processo educativo visando promover a compreensão do mundo e a emancipação do sujeito.

A instituição foi fundada em 1994, como um Programa que distinguia-se do anterior, por atender a crianças e adolescentes que possuem famílias ou responsáveis e encontram-se matriculados na educação formal. Entre os seus objetivos específicos, busca-se estabelecer um elenco de benefícios às populações carentes, *favorecendo as crianças e adolescentes, através da recuperação da sua auto-estima, reduzida pelas adversidades de um cotidiano em extrema condição de pobreza* (CARVALHO, 1995). Isso se faz, basicamente, através da oferta de uma iniciação profissional, relacionada à formação para a cidadania, além da educação para saúde, esporte e lazer, cultura e acompanhamento psicológico. A estrutura organizacional dessa instituição compõe-se de Corpo Diretivo (presidência, gerências), Conselho Curador (pessoas experientes na área e instituições), Unidades Descentralizadas (empresas educativas e casas de acolhimento).

As empresas educativas localizam-se em diferentes bairros, como Coutos, Roma, Pau da Lima, Saramandaia, Bairro da Paz. O trabalho foi desenvolvido em duas unidades descentralizadas: no bairro de Coutos, localizado na periferia da cidade de Salvador e no bairro de Roma, localizado na Cidade Baixa.

Segundo a presidente da instituição, atualmente houve uma ampliação do atendimento para cerca de 4.000 crianças. Além das parcerias e da participação de instituições governamentais e privadas, a instituição buscava interagir com as organizações comunitárias, conselhos de moradores, associações e organizações que atuam em cada bairro. Além disso, o interesse que essa instituição desperta, deve-se ao fato de que a formação profissional para os jovens não se restringe ao mero aprendizado de uma habilidade técnica, mas dá-se uma atenção especial à formação pessoal e

social dos jovens. Esses fatores estão presentes no discurso institucional, voltado para o exercício da cidadania, não só dos adolescentes mas também de seus familiares, com vistas a instrumentalizá-los à obtenção responsável de seus direitos e à conquista de um bom nível e qualidade de vida.

No material de divulgação dessa instituição e no discurso dos funcionários encontram-se referências a essa metodologia que incentiva a participação das crianças e adolescentes como sujeitos do seu próprio conhecimento. Utiliza-se informações do seu cotidiano, como motivações pedagógicas baseadas no **construtivismo** que considera o aluno como sujeito da aprendizagem. Para isso, coloca-se o jovem em condições propícias para que, partindo das suas necessidades e estimulando os seus interesses, possa buscar, por si mesmo, conhecimento e experiência. A idéia é de que o jovem aprende melhor o que faz por si próprio, colocando-o em situações em que seja mobilizada a sua atividade global, o que se manifesta em atividades intelectuais, atividades de criação, de expressão verbal, escrita ou outros.

Para a concretização de seus objetivos, esta instituição propõe investir na formação e atualização contínua de sua equipe técnica para garantir a qualidade e unidade do trabalho. As atividades realizadas nas unidades descentralizadas estão ligadas ao treinamento mas também ao esporte, ao lazer e à cultura. A seleção dos jovens deve ser feita levando-se em conta análises técnicas especializadas das tendências do mercado de trabalho em Salvador, o interesse das famílias e do Conselho Comunitário que deve participar na indicação dos jovens a serem atendidos.

Devido a essa concepção, no final da gestão municipal anterior a instituição recebeu prêmios internacionais pelo trabalho realizado (Unicef) e foi transformada em Fundação. Com a mudança da administração municipal, a partir de 1996, e uma nova vinculação político-partidária, houve insegurança, desestímulo e desmotivação em toda a equipe, mas acreditava-se que a instituição seria mantida, principalmente devido aos prêmios recebidos. Por ser uma proposta recente e criativa, havia pouca

institucionalização e muita improvisação, o que trouxe problemas para a manutenção das diretrizes iniciais e incertezas quanto aos seus limites de atuação, muitas vezes, por desconhecimento da legislação existente e das suas mudanças (entrevista com diretora de unidade, 1998).

A transição para a nova gestão implicou em mudanças sucessivas de direção geral, desintegração entre os instrutores e um desestímulo que levou a um declínio da proposta original em sua perspectiva política. Na nova fase, houve uma ampliação do corpo técnico e a integração de assistentes sociais e pedagogos (quadro da Prefeitura) além de estagiários nessas áreas e algumas mudanças de ordem pedagógica, como a ampliação do período de duração dos cursos de 6 meses para 1 ano, incluindo-se atualmente um reforço em português e matemática que complementa a educação formal e permite a adaptação dos jovens a cursos que exigem mais escolaridade, como o de informática.

Outra mudança se refere à interação que existia com o Conselho de Moradores que é formalmente representado no Conselho interno da Fundação. Segundo uma presidente do primeiro,

era o Conselho de Moradores que indicava a criança que deveria fazer o curso, nós fazíamos o acompanhamento e escolhíamos as pessoas mais carentes, nós indicávamos e eles faziam a seleção lá dentro ... quando precisava de alguém para trabalhar na limpeza, no lanche, nós indicávamos ... agora mudou, a gente fez uma reunião para saber qual é a atuação do Conselho, também pedimos uma ajuda, todo mundo do Conselho estava desempregado, pedimos cesta básica, pedimos a legalização do Conselho (interno), não houve resposta, nenhum resultado (presidente do Conselho de Moradores, Coutos, 1998).

Como consequência dessas mudanças, verifica-se uma tendência a reforçar-se as relações de clientelismo e favoritismo que pareciam ser mais contornadas e controladas em função da concepção institucional original. Outros aspectos podem ser observados a partir das unidades analisadas no subúrbio de Coutos, que atende a cerca de 800 crianças e adolescentes e de Roma que também atende uma média semelhante. Na primeira, já foram formadas quatro turmas que completaram o curso profissionalizante, atendendo jovens na faixa etária de 14 a 17 anos – são

corte e costura, costura industrial, eletricidade, informática; e na área de artes – para a faixa etária de 9 a 17 anos: coral/canto, artes plásticas, capoeira, dança e esporte. Cada unidade oferece diariamente um lanche e almoço em três dias da semana, como complementação alimentar, o que é muito valorizado pelas crianças e familiares. Os jovens são envolvidos nas tarefas de distribuição dos lanches e nos cuidados e manutenção dos espaços de convivência e essas tarefas são consideradas como estratégias de formação, no sentido de apreenderem os deveres de cidadãos.

A valorização dos espaços e modos de convivência é estimulada desde o início de cada turma, o que os instrutores chamam de **contrato de convivência** com as crianças, onde se fixam algumas regras que permanecem escritas nos murais das salas durante as aulas. Segundo as assistentes sociais, existem poucas regras, não se trabalha com sanções mas com limites, evitando-se o autoritarismo. As regras se referem, por exemplo, ao que é necessário para o funcionamento de uma casa e da família, como a higiene, a ordem dos objetos de uso cotidiano, os serviços domésticos e as relações com os outros.

Segundo os técnicos, nesse momento adota-se uma perspectiva de diferenciação da formação tradicional da escola, evitando-se o autoritarismo. Embora o discurso institucional enfatize esses aspectos, foi possível observar alguns contrastes, como a exigência de cumprimento rigoroso de horários e do vestuário – é a instituição que fornece uniformes aos jovens, como calça e camiseta – e isso é cobrado, inclusive a higiene desse vestuário.

### **REDES SOCIAIS: RECIPROCIDADE E CONFLITO**

Diante da ênfase que a instituição atribui à formação para a cidadania e a elaboração dos direitos dos indivíduos, na educação e profissionalização dos jovens nos bairros pobres, podemos indagar até que ponto esse discurso tem efeitos e pode ser difundido junto às famílias, influenciando as suas práticas e referenciais de sociabilidade. Como já afirma-

mos, as mudanças ocorridas nas estruturas familiares têm implicações sobre o tipo de cultura familiar que atualmente predomina entre as populações pobres nas grandes cidades, modificando os hábitos e práticas sociais que passam a operar nesta busca de soluções para os problemas da vida cotidiana e no acesso aos serviços e canais institucionais existentes.

Como se sabe, na sociedade moderna a socialização da criança e do adolescente não está mais limitada à família, mas algumas de suas funções passam a ser substituídas por outros grupos e instituições sociais e na situação de precariedade e pobreza em que vivem essas famílias, essa função é exercida, entre outras, por essa instituição assistencial.

Alguns aspectos da relação observada entre as famílias e a instituição podem ser destacadas nesse contexto. Do lado da instituição, é possível identificar que a sua direção e os membros do corpo técnico consideram a existência de dificuldades no relacionamento com as famílias, devido a um problema que consideram cultural. Isso se traduz, tanto em termos do acesso das mesmas à informação, devido aos baixos níveis de escolaridade das mães e responsáveis pelos jovens, como no diálogo dos funcionários com elas, principalmente, no que se refere aos problemas da própria família que rebatem na instituição. Segundo uma diretora entrevistada,

quando não sabem como lidar com os filhos, com problemas como rebeldia de comportamento, casos de violência – como um garoto de 16 anos que foi preso por estar na companhia de um primo, o qual cometera um assalto – e em muitos outros casos, a família procura a instituição, procura a ajuda que não podem encontrar em outro lugar ... nós ajudamos sempre, dentro do possível (diretora de unidade, 1998).

Em situações mais complexas como esta, constata-se a necessidade de um serviço de atendimento às famílias que não existe na instituição. O pouco que se faz nesse nível é prestar ajuda, é improvisação e boa vontade (Dados de entrevistas, 1998). A direção e os técnicos mencionam que é preciso criar esse serviço de atendimento mas seria preciso contratar um psicólogo para atuar em cada unidade nos bairros, o que ainda não tem sido possível. Segundo as assistentes sociais, o contato com as mães (às vezes o pai) não é freqüente, não há demanda espontânea.

A instituição mantém um Programa de Trabalho para as famílias que consiste em uma seqüência de palestras mensais em cada bairro. A coordenadora desse serviço menciona

os bairros onde estão situadas as Empresas Educativas retratam a situação de extrema pobreza e crescente deterioração urbana que permeia o cotidiano das famílias, caracterizadas por baixo nível de escolaridade, com elevado contingente de pessoas analfabetas, grande percentual sem profissão específica, situações constantes de desemprego. Tal situação de miséria, aliada à fragilização das raízes culturais como núcleo de referência, à não participação na comunidade enquanto espaço de apoio mútuo, troca de experiências, mobilização, conscientização, leva muitas vezes, à desagregação familiar, à prática da violência e impossibilidade mesma de sustento da família. Com isso, fragiliza-se a responsabilidade em relação à formação e processo educacional dos filhos, podendo acarretar rompimento do vínculo familiar (PONTES, 1996).

O trabalho da instituição com as famílias tem como objetivo a criação de um espaço voltado para a formação, conscientização e participação de pais e responsáveis no processo de educação e crescimento dos filhos. *Isso significa que não se deveria atuar sobre as famílias e sim através delas, instrumentalizando-as enquanto pontos de apoios e fortalecimento do processo de educação para a cidadania dos pais e dos filhos* (PONTES, 1996). Esse trabalho consiste, portanto, na realização de encontros mensais com palestras, grupos reflexivos abertos, oficinas de temas específicos, dinâmica de grupo, problematização e sistematização dos temas abordados. Nesses encontros mensais, onde se procura desenvolver uma das atividades mencionadas, é que se procura passar para as mães (freqüentadoras das atividades) as orientações sobre os direitos e a cidadania.

Ocorre a cada trimestre um encontro em tempo integral em cada bairro, para informação e conscientização entre as famílias. Nesses encontros, realiza-se uma programação mais intensa, alternando-se palestras, dinâmica de grupo e outras técnicas de convivência entre os participantes em dois turnos de atividades. Nos documentos relativos ao trabalho com as famílias, menciona-se ainda o atendimento individual a crianças e jovens que procuram a assistência social para trazer seus problemas e uma atividade com um grupo de mães, para discussão de temas eleitos

anteriormente por elas, como **gravidez na adolescência, alcoolismo, drogas, violência**, entre os mais solicitados.

Em seu conjunto, o trabalho com as famílias visa a *dinamizar a co-participação das famílias nos trabalhos desenvolvidos nas Empresas Educativas, enquanto instrumentos do processo de construção do conhecimento e alternativas de mudanças na família, comunidade e sociedade*. Os temas mais freqüentes, abordados pela equipe técnica são: Cidadania, Adolescência, Relacionamento Pais e Filhos, Sexualidade, Violência, Substâncias Psico-Ativas-drogas, Mercado de Trabalho e Saúde e Educação (entrevistas, 1998).

A partir desses aspectos, podemos identificar as interligações entre as instâncias institucionais e as famílias atendidas. Estas foram analisadas a partir dos cadastros existentes nas unidades dos dois bairros elaborando-se uma amostra de 322 fichas de moradores que permitiram compor um perfil das famílias e posteriormente a seleção das famílias entrevistadas e o desenvolvimento das outras etapas do trabalho.

A precariedade e vulnerabilidade dos domicílios é marcada pela presença das mulheres que são freqüentemente as principais responsáveis pela realização das atividades, tanto domésticas, como econômicas. A maior expectativa das famílias, quando procuram a instituição, é inserir seus filhos no mercado de trabalho, esperando que a profissionalização adquirida venha possibilitar aos jovens adquirirem um trabalho para contribuir com o orçamento familiar, o que é pouco viável diante do crescente desemprego que existe na cidade. Esse é um dos aspectos centrais do cenário revisitado.

Mas alguns impactos positivos foram observados. O principal foi a constatação de que a instituição cria muitos estímulos sobre os direitos à educação, saúde, melhor qualidade de vida e os meninos tendem a cobrar isso em casa e em outros ambientes. Freqüentemente, as diretoras e técnicas entrevistadas se referem ao fato das famílias darem depoimentos de que os filhos mudaram, aprenderam coisas boas, o que sugere a perspectiva de que até certo ponto, o objetivo institucional de modificar o comportamento dos jovens tende a ser atendido, já que estes têm acesso a

informações que são fundamentais para a sua adaptação ao cotidiano dos bairros em que vivem, no que se refere à noção de direitos e cidadania, que fazem parte dos objetivos institucionais a serem atingidos.

A partir dessas relações dois outros aspectos se destacam. O primeiro, se refere à mediação exercida por outras instituições (como o caso estudado) na socialização das crianças, onde a precariedade e a pobreza das famílias implica em dificuldades de toda ordem, tanto materiais, como afetivas, fazendo com que o pouco tempo que esses jovens passam na instituição seja muito valorizado. Isso ocorre em dois sentidos: primeiro, na complementação da educação doméstica que a instituição se propõe a dar, quando define o que chama de **contrato de convivência**, recriando regras e hábitos, cuidados necessários com a casa e a convivência na família, os ensinamentos transmitidos nas palestras sobre os temas da atualidade, como sexualidade e uso da camisinha, drogas, alcoolismo, violência e outros; segundo, na complementação que a instituição proporciona com algum conforto material, alimentação (almoço e lanches em alguns dias da semana), espaço para convivência e outros fatores materiais.

Devido à inexistência de espaço físico nas casas, onde há muitas vezes grande número de crianças e outros parentes, há sempre o temor das mães de que as crianças fiquem nas ruas, ou possam enveredar pela marginalidade, ou ainda serem vítimas da violência que impregna o cotidiano nos bairros. Esses são alguns dos fatores que dão o tom de realidade à experiência popular que aí encontra os obstáculos para o exercício da cidadania e a difusão dos direitos. Isso porque a busca do apoio institucional tende a se mesclar com as tradicionais práticas de clientelismo e favoritismo, tornando-se, assim, mais um instrumento na cultura de ajuda e submissão que marca os horizontes da pobreza brasileira com respostas incertas, como buscamos refletir nesse trabalho.

Um terceiro aspecto se refere à frustração de certas expectativas criadas por essa atuação. De acordo com a presidente do Conselho de Moradores do primeiro bairro,

o Programa é bom, tem alterado os hábitos de alguns meninos de rua ... os meninos aprendem que não devem fumar, que tem de usar camisinha quando transar, evitar Aids, gravidez indesejada, aprendem que não devem se drogar e quando chega em casa a criança vê exatamente o contrário daquilo que aprendeu, ele vê a mãe fumando, bebendo, xingando, se drogando...deveria ter um programa de acompanhamento das famílias, para educar também as famílias ... fazem só uma palestra e pronto ... não resolve nada.

A frustração das expectativas criadas interfere também no principal objetivo da instituição que é a oferta de treinamento para o trabalho, diante da dificuldade geral de se conseguir trabalho ou estágio para os meninos após o treinamento. Há um certo consenso entre direção e técnicos de que, atualmente, é cada vez mais difícil colocar os jovens treinados no mercado de trabalho. Segundo uma assistente social, além da falta de emprego, *houve mudança da legislação e isso influenciou na colocação dos meninos ... os empresários fecharam as portas ... cria-se uma contradição entre a legislação e a manutenção do objetivo institucional.* Assim, é preciso depender de um conhecimento pessoal com algum empresário para conseguir um estágio para algum jovem após o treinamento.

### **A MEDIAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÃO, FAMÍLIA E BAIRRO**

Para refletir sobre os fatores que interferem no processo de constituição dos direitos e no exercício da cidadania, entendemos que a ausência ou a existência de canais institucionais no espaço de moradia e a forma de acesso e utilização dos recursos proporcionados por eles, pode ocorrer como uma *combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo*, como afirma TELLES (1994). Isso parece se confirmar em relação ao caso estudado, quando em diferentes depoimentos se faz referência ao fato das famílias precisarem da ajuda da instituição na busca de solução para os diferentes problemas a serem enfrentados. Segundo uma diretora de unidade entrevistada, *faz parte da cultura popular depender de uma hierarquia de poder.*

Isso ocorre porque a reprodução cotidiana nas unidades domésticas dos setores populares urbanos é dependente do acesso a recursos e serviços que podem provir das distintas fontes, como já mencionamos: o trabalho e o esforço direto dos seus membros, as transferências formais de instituições reconhecidas para este fim, especialmente o Estado ou agências públicas, ou as transferências informais, baseadas nas redes de intercâmbio e ajuda mútua (JELIN, 1984).

Conforme TELLES (1994) *são as relações de favor que sempre definiram o padrão de sociabilidade prevalecente, o direito às condições básicas de sobrevivência ainda não foi conquistado e isso transforma a maioria em não-cidadãos ...*. E conforme PAOLI (1996), *são esses e outros fatores que demonstram os impasses da cidadania em nosso País.*

Assim, o espaço de moradia constitui o principal aspecto do cenário urbano, onde a população desenvolve suas lutas cotidianas pela sobrevivência e convivência, como situamos na primeira parte desse trabalho.

Os dois bairros abordados nesse trabalho, tiveram origem em invasões populares na cidade de Salvador, cuja história remonta primeiramente aos anos 40. Segundo documento publicado pelo Ceas (1999), *premidas pelo alto custo de vida, pelas imensas dificuldades, as massas mais pobres tomaram o rumo da única alternativa que lhes apareceu ... diante da impossibilidade de adquirirem um terreno e construírem eles próprios as suas casas com os recursos disponíveis, foram levados a invadi-los.* As principais invasões na cidade tiveram origem na década de 40, primeiramente em terrenos da Prefeitura. Esse não foi o caso de um dos bairros aqui focalizados, Fazenda Coutos, localizado na periferia da cidade, que teve sua expansão parcialmente datada nos remanejamentos de desabrigados das chuvas no final dos anos 70. O outro bairro, conhecido como Roma, localizado na Cidade Baixa, é ocupado por famílias de classe média e média baixa mas, principalmente, por uma grande área que se origina da antiga invasão de Alagados que data de 1949. Essa área, um imenso charco, era parte da antiga Fazenda do Coronel, que tornou-se propriedade do Patrimônio da União, sendo que a parte junto ao mar era da Marinha. A invasão resultou de

uma longa disputa jurídica entre os antigos proprietários da fazenda original e os invasores, tendo ocorrido repressão violenta no ano de 1949 e, finalmente, a suspensão da intervenção policial pelo Governo do estado, devido às repercussões políticas. (Ceas, 1999, p. 93).

Segundo uma moradora do bairro de Coutos, há 17 anos:

É que a cidade cresceu muito e aí muita gente vem do interior e vai construindo as casas nos lugares que tá sobrando na cidade, aí é encosta, nos lugares mais perigosos ... e na hora que tem essas chuvas fortes ... Agora, pra ganhar essa casa eu sofri, ah! o engenheiro vinha ... viu onde a casa caiu, ele viu, a gente mostrou a ele a casa que caiu, entramos em outra casa do vizinho que tava fazendo a casa, não tinha terminado ainda, mas aí a chuvarada derrubou a escada e a fossa rachou a parede. Mas a gente ficou dentro de casa assim mesmo, não sabia se ia cair, mas o engenheiro mandou a gente ir pra sede (abrigo), aí a gente foi pra sede mas quando foi pra ganhar a casa ... só se via o engenheiro chegar, foi tanta gente, vieram em Pirajá, foram em Pirajá várias vez pra saber se eu tinha casa e de laje, e o povo dizia a ele que eu tinha casa de laje em Pirajá ... Foi D. Eulina que me conhecia e disse que eu não tinha casa, ela me conhecia (Jovelina, 50 anos).

Tanto essa, como as demais entrevistas, foram realizadas, inicialmente, no subúrbio de Salvador, onde caminhávamos longos percursos até chegarmos às residências dos moradores selecionadas a partir das fichas do cadastro da FCC. A primeira impressão que temos é de um ambiente calmo, ao percorrer as ruas sem pavimentação, com buracos e esgotos expostos. A partir de algumas famílias, localizamos outras que faziam parte da sua rede de relações de vizinhança.

Falando da experiência da condição proletária em São Paulo, nos anos 80, SADER (1988, p. 61) entende que a maioria dos moradores das favelas e bairros pobres da cidade, sendo migrantes, viviam um processo em que

o trabalho dispersa os membros da família mas, ao mesmo tempo, os integra na cidade. O trabalho dispersa os membros da família em diferentes empregos mas não anula o lugar da família como núcleo de referência básico: o trabalho de cada um é visto como forma de ajudar a família, em que todos se apóiam.

Esse primeiro registro pode ser comparado com os conteúdos das entrevistas realizadas no presente trabalho para verificarmos mudanças e permanências. Um outro registro diz respeito à discussão empreendida pelo autor sobre a experiência proletária nesse período, quando entende que não houve um mesmo padrão que fosse compartilhado comumente por uma coletividade homogênea ... há diferenças devidas aos diversos lugares ocupados na divisão do trabalho, e também, aos diversos padrões culturais existentes que produziram experiências diversas.

SADER focaliza como diferentes setores da população de um bairro da periferia daquela cidade experimentaram um conjunto de mudanças que identificavam como transtornos ...

e no entanto tais transtornos haviam sido em grande parte ligados às melhorias reivindicadas pelos próprios moradores ... as ruas já não comportavam as conversas despreocupadas de vizinhos e as brincadeiras das crianças ... as relações de vizinhança que faziam com que as calçadas fossem extensões das casas ... que ficavam com suas portas abertas, eram coisas do passado ... a vida comunitária anteriormente existente, quando a gente colocava cadeiras nas portas e todos se conheciam ... aquele modo de vida desaparecera (SADER, 1988, p. 65).

O depoimento de uma moradora do bairro de Coutos, em Salvador, contrasta com essa visão de um bairro pobre no início dos anos 80:

Não me sinto segura, sinto muita vontade de sair daqui, muita, muita mesmo, se você me dissesse hoje, vou te dar uma casa em tal lugar no interior assim, eu não penso duas vezes, tenho muita vontade de sair daqui ... no interior, mesmo porque acho que no interior é mais seguro ... Pra criar um filho no interior é bem melhor, dependendo do interior né, porque Camaçari, Candeias e Feira de Santana, a gente sabe, tá pior do que aqui. Mas existe interior tranquilo ainda. Todo dia eu digo, se eu ganhar na Telesena, vou pra um interior bem tranquilo, pra criar meus filhos, a gente tem de fazer nossa parte, ainda mais que sou pai e mãe (Lúcia, 38 anos).

Essas questões nos permitem situar as relações entre os moradores e o cenário dos bairros abordados na cidade de Salvador. No caso aqui focalizado, não houve a interferência dos fatores identificados acima como **transtornos** e que se referem às obras de urbanização de um bairro de periferia originado também em uma favela ou invasão. Aqui os mora-

dores se referem à falta dessas obras, pois, o bairro não tem acesso à infra-estrutura urbana e o sistema de transportes passa distante.

Entretanto, os depoimentos indicam o mesmo desaparecimento daquele modo de vida marcado pela tranqüilidade e confiança, onde *as relações de vizinhança faziam com que as calçadas fossem extensões da própria casa e todos se conhecessem*. Aqui as mudanças remetem ao conjunto dos fatores da vida urbana, onde essas relações tendem a se modificar pelo rebatimento de outros fatores, como o crescimento da violência, o desemprego, a competição, a vida na cidade – um outro cenário dos anos 90.

As impressões das moradoras sobre o bairro observado, remetem, primeiramente, às condições de moradia. Em média, as pessoas entrevistadas residem há mais de 10 anos no bairro, encontrando-se apenas uma moradora com cerca de 5 anos de residência, enquanto a mais antiga moradora está no bairro há 17 anos.

Estabelecendo uma comparação com os anos anteriores de residência, a principal impressão que mencionam é que as condições eram péssimas mas melhoraram com a chegada da água e da luz. Depois que foi colocada a instalação elétrica, as pessoas foram levadas a melhorarem suas casas e houve uma melhoria geral da vida no bairro. Em função disso, as impressões são positivas e o principal problema que identificam no momento é a dificuldade de transporte e a falta de saneamento. Como exemplo, menciona-se:

Lá era melhor ... (no bairro anterior, mais próximo ao Centro), em todos os aspectos, transporte, tinha saneamento básico, rede de esgoto, médico, mais próximo, enfim a gente tava perto da cidade ... tinha menos preocupação do que eu tenho hoje aqui, minha preocupação em ter cuidado com meus filhos é bem maior, a gente não vê nada, mas você sabe, adolescente se mistura, é o futuro, é um coleguinha ali, outro aqui ... você fica imaginando, se fosse com você? (Lúcia, 38 anos).

Os demais depoimentos focalizam com mais ênfase o que consideram o maior problema do bairro:

uma ambulância não quer entrar no bairro, às vezes, para levar um doente que não consegue andar, apela-se para o carrinho de mão (Josilene, 39 anos).

Essa primeira impressão contrasta com o fato de todas as moradoras fazerem referência, logo em seguida, ao medo da convivência, devido à violência que hoje ameaça as pessoas no bairro. Embora essa impressão varie um pouco no grau de percepção, é uma referência comum, principalmente quando mencionam *mas eles não mexem com a gente ...*

Olhe, ninguém mexe com a gente, o pessoal respeita, mas os nossos filhos vão crescendo e vendo essas coisas, eu acho que influi no futuro deles (Lúcia, 38 anos).

Em outros depoimentos de moradoras de outro setor do bairro mencionam:

A violência existe em todo lugar, acho que está calmo, às vezes tem uma correria, domingo teve (referindo-se a alguém correndo na rua, fugindo da polícia, ou de bandidos) (Edineide, 35 anos).

A mãe deseja sair do bairro por causa da violência, constantes tiros, sabe das atitudes dos bandidos mas não diz nada, tem medo (Angélica, 32 anos).

Em um outro setor, uma antiga moradora comenta

o bairro está menos violento e se você olhar, as casas hoje estão de grades ... apesar de ter 12 anos aqui, nunca vi cena de ficar assustada, dificilmente eu fico lá na porta, se passa alguma coisa na rua, eu entro logo, nem dá para ficar na janela (Fátima, 36 anos).

Outra moradora do mesmo setor acentua essa diminuição da violência no bairro: *houve um tempo em que botavam fogo nas casas* (referindo-se à presença de uma quadrilha de marginais há poucos anos no bairro) *mas isso melhorou* (a quadrilha foi desbaratada) (Josilene, 39 anos).

Entre essas moradoras, a maior parte veio morar no bairro através de terrenos cedidos por algum parente ou conhecido, o que significou uma melhoria em relação à situação anterior, na qual pagavam aluguel. Em quatro casos, as famílias vieram após desabamentos, enxurradas, destruição do barraco onde moravam pelas chuvas que periodicamente atingem a cidade.

Pode-se perceber que as pessoas aprenderam a conviver com as ameaças da violência no bairro, com o medo. Segundo MARTINS (1996) *o medo provém da rua, do anonimato, das pessoas com as quais se relacionam fora de casa – no trabalho, na escola, na mídia, nas ruas*. Segundo o autor, podemos pensar o cotidiano como o conjunto de atividades naturais e rotineiras (comer, dormir, cuidar da família, prover o sustento) reguladas por costumes e desenvolvidas num espaço social definido e próximo (a casa, a comunidade, o local de trabalho). Nesse sentido, o cotidiano aparece sustentado por tradições que organizam o **modo de organizar a vida** e que aparentemente lhe atribuíam uma condição de imutabilidade (1996, p. 77).

Esses fatores nos permitem perceber como a sociabilidade é construída atualmente nos bairros. Como discutimos na primeira parte deste trabalho, buscamos entender até que ponto é possível encontrar no centro dos relacionamentos, a família e a vizinhança, como ponto de apoio, tanto na busca de satisfação das necessidades, como no desenvolvimento da sociabilidade.

As moradoras entrevistadas tendem a afirmar, inicialmente, que **todo mundo se dá, se relaciona bem com todos**. Mas essa afirmação é esclarecida a partir de outros aspectos da vida privada:

Aqui, graças a Deus, eu me dou com todo mundo, não tenho o que dizer dos meus vizinhos, sempre foram bons, acho que quem faz também é a pessoa que chega, se você chega sorrindo, ninguém vai lhe fechar a cara de uma vez, se você sabe chegar num lugar ... eu me dou muito bem com todo mundo aqui, tenho milhões de vizinhos, aqui todo mundo me chama de tia ... aqui um ajuda o outro, conto muito com ajuda dos vizinhos, são minha família, meu pessoal mora tudo no interior, minha mãe e meus irmãos (Lúcia, 38 anos).

Mas as relações de vizinhança não são vistas de maneira semelhante:

Todo mundo se dá, mas não conto muito com os vizinhos, não costumo conversar com vizinho sobre problemas pessoais (Socorro, 30 anos).

O importante é saber se relacionar, se dar bem com todos, não é só na hora de uma emergência (Josilene, 39 anos).

Não gosto muito de envolvimento com vizinho, é bom a gente cá e ele lá, achego na minha casa eu não gosto ... nunca pede ajuda, aprendeu com a avó, se tiver sal come sal, se não tiver, come sem sal (Ieda, 43 anos).

Eu aqui não vou na casa de ninguém, se alguém precisar de ajuda, eu dou, aí é diferente né, se precisarem eu ajudo (Jovelina, 45 anos).

Dentre os aspectos semelhantes, alguns diferenciam as relações de vizinhança e de amizade:

Não tenho amigos, converso sempre com o filho mais velho, tem uma amiga mas acha que as pessoas são falsas e espalham coisas ... é difícil (Angélica, 32 anos).

Não tenho muita aproximação com vizinho, tenho apenas duas amigas com quem converso, uma delas uma vez emprestou um cheque (Fátima, 36 anos).

Tenho duas amigas no bairro, mantenho relação com os vizinhos mas tá cada um no seu canto ... agora se houver algum problema, na hora de um socorro, ninguém nega ajuda (Regina, 36 anos).

Essa última referência ilustra bem a tendência encontrada quanto ao princípio de ajuda baseado em relações de vizinhança que parece funcionar efetivamente em momentos de emergência: alguém precisar de um socorro, alguém ser vítima de algum problema de saúde ou de violência.

Um exemplo particular que encontramos foi o caso de Lúcia, cuja casa estava sendo construída com a ajuda de seus vizinhos. Ela dizia não trabalhar, em seguida faz uma ressalva e afirma que vende acarajé no bairro e não vende na **rua** (centro da cidade) porque não pode deixar os filhos sozinhos.

A dificuldade para trabalhar são os meninos, pois, não tem com quem deixar ... Sou casada, me separei e vim morar aqui, meu marido não quis me dar a casa, eu larguei e vim morar aqui com os meus filhos, eu acho que entre a vida e a casa ... a vida. Deus ajuda e dá outra casa ... aí, são dois vizinhos meus que estão me ajudando. Tenho dois meninos, um com 9 e outro com 10 anos, antes eles ficavam em creche, eu morava em Pernambués e vendia acarajé na cidade ... aí eu fazia congelamento também, ainda faço mas não direto ... o mais difícil pra mim trabalhar assim é os meninos, porque a gente sabe o meio que a gente vive, “a droga” né, e eu tenho medo, a gente sabe que pra botar numa escola legal, dá uma boa educação, quanto mais assim um bairro de classe baixa, eu tenho medo do futuro dos meus filhos.

Mas quando se compara entre as situações que implicam em pedir a ajuda de um vizinho ou de um parente, as moradoras tendem a enfatizar uma maior dificuldade de contar com a família em diferentes situações:

Conto mais com vizinho, o vizinho está mais próximo do que o parente.

Mantenho alguma relação de ajuda com vizinho, mas não espero nada em troca, pois os parentes estão longe, só posso contar mesmo com vizinho na hora da necessidade (Lúcia, 38 anos).

Converso os problemas com os filhos e com uma cunhada, a família mesmo é mais difícil ... torna-se mais fácil contar com um estranho (Regina, 36 anos).

Não conto com ajuda de vizinhos, nem de parentes, quando peço a um menino para comprar uma coisa, tem que pagar (Edilene).

Procuro resolver tudo com o marido e os filhos, não recorro à família quando preciso, apesar de me relacionar bem com a família (Fátima).

A rede de ajuda funciona mais é com vizinho mesmo, já contei com a ajuda de uma senhora, D. Eulina, quando fiquei desabrigada, essa senhora foi quem conseguiu uma vaga para mim em um abrigo da Prefeitura (Jovelina).

Não conto com ajuda de vizinho, nem de parente, eu e o marido nos esforçamos, sou muito econômica ... quando mais precisei encontrei ajuda, foi no caso de um acidente com a filha, um primeiro vizinho não ajudou mas outro ajudou a levar a menina a um hospital (Ieda, 43 anos).

Conto mesmo é com alguns vizinhos, e uma família de amigos que estão ajudando a construir a casa, depois que a chuva derrubou o primeiro barraco, lá na frente (mostrou a parte do terreno onde estava a sua habitação anterior que caiu com a chuva).

*É mais fácil contar com vizinho ...* apesar de residir ao lado de uma irmã, a moradora afirma que é melhor contar com um bom amigo, ter um bom amigo vale mais do que parente (Rosilene).

Essa moradora representa um exemplo interessante das mudanças que estamos analisando: durante a entrevista chegou uma vizinha pedindo para assar um bolo e ela atendeu, mencionou também que é uma das poucas pessoas da rua que tem um telefone e por isso não nega ajuda, receber recados para os vizinhos, ou permitir que alguém use o telefone para uma necessidade.

Em dois casos, as moradoras moram com seus filhos e a sua mãe:

*A mãe é que ajuda, a casa é da mãe que também toma conta das crianças para eu ir trabalhar.* No segundo caso, a moradora diz contar com a ajuda de um irmão que mora em São Paulo – para mandar dinheiro às vezes – e também uma cunhada que mora em Paripe (também no subúrbio de Salvador).

Essas referências das moradoras entrevistadas podem indicar uma tendência de mudança na constituição da rede social com base na família, como os estudos sobre as estratégias de sobrevivência ilustraram amplamente, e discutimos no primeiro capítulo. A tendência aqui registrada merece no entanto uma continuidade de investigação, tanto ampliando a análise para outros bairros da cidade, como buscando controlar outras variáveis intervenientes nessa mudança. Um exemplo é a condição de migrante – como mencionamos, as moradoras residem no bairro há cerca de 10 anos em média, o que implica em afastamento da família de origem, geralmente residentes na área rural ou em bairro distante.

Outro exemplo, é que todas as entrevistadas fazem parte da clientela da instituição que oferece cursos de treinamento às crianças e adolescentes no bairro. Isso pode indicar que estamos interagindo com um segmento dos moradores de um bairro da periferia de Salvador que encontra-se mais próximo de uma formalização das relações sociais, diante de um processo que vem sendo amplamente discutido na atualidade – a individualização das relações, o afastamento gradativo das práticas de sociabilidade baseadas em relações primárias, em relações de proximidade, em práticas associativas ou comunitárias.

O fato de estarmos experimentando um processo de mudança na construção das redes sociais, como parte da experiência popular, remetem especialmente às mudanças das práticas associativas. Como os estudos sobre os movimentos sociais identificaram, nos anos 80, prevalecia o espontaneísmo das ações coletivas que levou às práticas de reivindicações e ao fortalecimento do movimento social a partir do espaço de moradia – o bairro. Atualmente, os estudos voltados para esse tema discu-

tem os processos de constituição dos sujeitos sociais com base nas mudanças das práticas e representações que se direcionam para novos pressupostos na formação das identidades sociais e que indicam certo enfraquecimento das ações coletivas e das práticas de associativismo.

Nesse ponto, as referências das moradoras entrevistadas indicam pouco acesso a instituições no próprio bairro, devido à própria inexistência de equipamentos comunitários no espaço da moradia e devido ao fato de que esse bairro não passou por nenhum projeto de reurbanização que pudesse atender a necessidades mínimas: há uma total ausência de saneamento e precariedade do transporte.

Desse modo, a FCC constitui praticamente a única instituição que atua nesse bairro, oferecendo algum serviço à população carente. Quando indagamos a cada entrevistada sobre a associação de bairro, as referências são negativas:

Não mantém relação com a associação, não reconhece apoio nela, reconhece apenas a FCC como instituição no bairro...contudo, reclama a necessidade de uma creche no bairro.

Já ouviu falar de um “sopão” que é oferecido na associação mas nunca foi buscar ... quando foi buscar ajuda na FCC foi porque o marido estava desempregado, precisava encontrar onde colocar o filho para ter alguma coisa.

Existe um padre franciscano que distribui pão no bairro ... anteriormente, a associação estabelecia relações de favoritismo quando distribuía leite.

Existe também nesse setor do bairro de Coutos, o **Amaral**, que oferece um serviço de ajuda aos moradores – com um caminhão que atende a chamados de urgência – para desentupir esgotos, para a falta de água chamando o serviço da Embasa e nos casos de alagamentos das casas durante as chuvas. Esse serviço é mantido com a ajuda de um vereador que não cobra pelo atendimento.

É, porque realmente não tem condição, né? E por isso, não ajuda. Quem me ajudou aqui também foi Lídice da Matta, quando ela foi ser prefeita, porque ... Eu por mim ela tinha ganhado esse ano. Ela tinha ganhado esse ano, ela ou Manoel Castro. Todo ano que Manoel Castro se candidata, pode perder mas o meu voto é dele, meu voto é dele. Pode até não fazer nada por mim hoje, né? Mas já fez, então

meu voto é dele. porque na época que ele deu isso aqui a gente ... Esse esgoto, no tempo de Fernando José, ele veio aqui com a TV, que o pessoal pediu pra vim ver os esgoto, ele veio, tava horrível e a rua era puro esgoto. Porque, aqui quando dá chuarada, entope tudo, entope mesmo. Entope da gente ficar sem condições ... a rua toda. Agora a mais ruim é aqui. Essa casinha daqui, é a mais ruim porque é de descida. As outras de lá é de descida pra cá, e a daqui desce pra cá e não tem pra onde sair a água, a água invade a casa. Pergunta a Amaral, Amaral conhece isso aqui.

Desentupir os esgotos, as ruas, essas coisas ... Tudo é através dele. É ele quem vai pedir, é ele que corre atrás. O carro da Embasa tava aqui essa semana, foi através dele. Quanto à arrumação, ali mesmo através dos políticos. Arrumou a praça, sempre tem o dedinho dele. Quando tem reunião ele já me convidou pra umas três e eu ainda não participei de nenhuma (Regina).

A associação dos moradores nesse bairro não tem sede própria e funciona precariamente na residência da própria presidente da associação que utiliza o seu telefone particular para os contatos necessários. Também não existe nem máquina datilográfica para redigir qualquer ofício solicitando um serviço aos poderes públicos. Durante a entrevista, a presidente da associação esperava os contatos de candidatos a deputados para um esperado compromisso de ajuda ao bairro para, em contrapartida, comprometer os votos dos moradores que apóiam a associação. Além disso, a presidente estava desempregada e mantinha a expectativa de conseguir algum emprego a partir desse trabalho com a associação.

A relação entre a associação e a Fundação também foi desativada, como mencionamos no início desse capítulo, porque atualmente a Prefeitura e a FCC não interagem com as bases nos bairros e passaram a considerar que isso é mais um obstáculo para a resolução dos problemas institucionais.

O conjunto das informações levantadas indicam, portanto, que a interpretação das redes sociais através de uma cultura ou ética de ajuda mútua e princípio de reciprocidade pode estar em mudança, direcionando-se para uma maior formalização e institucionalização das relações sociais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AZEVEDO, Thales de  
1966 Família, casamento e divórcio no Brasil. In: **CULTURA e situação racial no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira.
- BERQUÔ, Elza, OLIVEIRA, M. Cloeta  
1990 A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS.
- BILAC, Elizabeth D.  
1978 **Famílias de trabalhadores, estratégia de sobrevivência**: a organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo: Símbolo.
- BILAC, Elizabeth D.  
1990 Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS.
- BOURDIEU, P.  
1980 La terre et les stratégies matrimoniales, In: **LE SENS Pratique**. Paris: Les Editions Minuit.
- CARVALHO, Inaiá Moreira de, ALMEIDA, Fernanda Gonçalves  
1996 O trabalho infanto-juvenil na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 36-45, jun.
- CARVALHO, Inaiá Moreira de, ALMEIDA, Fernanda Gonçalves  
1995 Direitos legais e direitos efetivos. Crianças, adolescentes e cidadania no Brasil. **RBCS**, São Paulo, n. 29, p. 127-141.
- CARVALHO, Inaiá Moreira de, ALMEIDA, Fernanda Gonçalves  
1996 **A Fundação Cidade Mãe**. Salvador: (Relatório).
- CARVALHO JR, C.  
1992 Resultados do censo de 1991 para a Bahia. **A Tarde**, Salvador.
- CARVALHO, Paulo Roberto Mello  
1996 A fome e a miséria na definição dos mínimos sociais no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO ALAS, São Paulo.
- CASTEL, Robert  
1998 **As metamorfoses da questão social, uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes.
- CASTRO, Mary G.  
1989 **Family, gender and work**: the case of female heads of household in Brazil (São Paulo and Bahia), 1950-1980. Tese (Doutorado).
- DAGNINO, Evelina  
1994 Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DANINO, E. (org.). **Anos 90, política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.
- GOLDANI, Ana Maria  
1994 Retratos de família em tempos de crise. **Estudos Feministas**, 2º semestre, Rio de Janeiro.

- GUIMARÃES, Iracema B.  
1991 Características de um mercado de trabalho e participação familiar. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 14.
- GUIMARÃES, Iracema B.  
1994 As articulações possíveis: família e reprodução em um segmento operário, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 11.
- GUIMARÃES, Iracema B.  
1994 **Dimensões de um mundo próprio de trabalhadores**: vida, família e sociabilidade. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES, Iracema Brandão  
1996 Perspectivas sociológicas da família. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 5-13, jun.
- IBGE  
1992 **Resultados preliminares do censo de 1991, divulgação interna**. São Paulo: ABEP.
- JATOBÁ, Jorge  
1990 A família na força de trabalho: Brasil contemporâneo, 1978-1986. **Anais...** São Paulo: ABEP, v. 2.
- JELIN, Elizabeth  
1984 **Los pobres**: família y vida cotidiana. Buenos Aires: Cedes.
- JELIN, Elizabeth  
1985 **Los nuevos movimientos sociales**. Buenos Aires: Cedes.
- LOPES, José S. L.  
1987 **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: UNB.
- MACEDO, Carmem Cinira  
1979 **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza  
1994 **Des-figurações, o sonho e o imaginário no cotidiano popular**. [s.l.], Fundo de Cultura.
- MATTOSO, Kátia  
1988 **Família e sociedade na Bahia do Séc. XIX**. São Paulo: Corrupio.
- OLIVEIRA, Francisco  
1976 A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital, **Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 16.
- OLIVEIRA, Francisco  
1990 A metamorfose da arribação, fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 17.
- OLIVEIRA, Francisco  
1991 Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: WEFFORT, Francisco et al. **Democracia como proposta**. Rio de Janeiro, Ibase.
- PAOLI, Maria Célia  
1984 A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Anais...** São Paulo: ABEP.

- PAOLI, Maria Célia  
1991 Seminário temático: pode-se falar em identidade operária? Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP. In: **CULTURA e identidade operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- PAOLI, Maria Célia  
1996 **Pode-se falar em identidade operária? Notas de Seminário**. São Paulo: USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- PARSONS, Talcott  
1967 **Ensayos de teoría sociológica**. Buenos Aires: Paidós.
- PELIANO, Ana Maria  
1993 **Mapa da criança: a indigência entre as crianças e adolescentes**. IPEA.
- PNAD  
1995 Síntese de indicadores sociais, grandes regiões. Rio de Janeiro, IBGE.
- PONTES, Tereza Cristina L.  
1996 **Trabalho com famílias**. Relatório. [s.l., s.n.]
- SADER, Eder  
1988 **Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas de trabalhadores na grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, Milton  
1979 **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec (Coleção estudos urbanos).
- SARTI, Cyntia  
1993 O privado do mundo da casa para os pobres. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18, São Paulo.
- STOCLKE, Verena  
1989 **Cafecultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense.
- SUAREZ, Marcos Alban  
1986 **Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos de desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Hucitec.
- TELLES, Vera  
1994 Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: **ANOS 90 – Política e sociedade civil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.
- WEBER, Max  
1977 **Economia e sociedade**. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica. v. 1
- WOORTMAN, Klaass  
1984 A família trabalhadora. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS.